

Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa, Marcos Bagno

Linguagem & comunicação social — visões da linguística moderna, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

Por uma linguística crítica, Kanavillil Rajagopalan

Sistema, mudança e linguagem — um percurso pela história da linguística moderna, Dante Lucchesi

“O português são dois” — novos problemas, velhos problemas, Rosa Virginia Mattos e Silva

Ensaio para uma socio-história do português brasileiro, Rosa Virginia Mattos e Silva

A linguística que nos faz falhar — investigação crítica, Kanavillil Rajagopalan, Fábio L. da Silva [orgs.]

Do signo ao discurso — introdução à filosofia da linguagem, Inês Lacerda Araújo

Ensaio de filosofia da linguística, José Borges Neto

Nós chegamos na escola, e agora? — sociolinguística e educação, Stella Maris Bortoni-Ricardo

Do-se-lindos-filhos-da-poodle — variação linguística, mídia e preconceito, M.^a Maria Pereira Scherre

A geopolítica do inglês, Yves Lacoste [org.], Kanavillil Rajagopalan

Gêneros — teorias, métodos, debates, J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth [orgs.]

O tempo nos verbos do português — uma introdução a sua interpretação semiótica, Maria Luíza Monteiro Sales Cordeira

Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave, Darcília Simões

Princípios de linguística descritiva, M. A. Perini

Por uma linguística aplicada indisciplinar, Luiz Paulo da Mota Lopes

Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, U. Weinreich, W. Labov, M. L. Herzog

Origens do português brasileiro, Anthony Julius Naro, M.^a Maria Pereira Scherre

Introdução à gramaticalização — princípios teóricos & aplicação, Sebastião Carlos Lúcio Gonçalves, M.^a Célia Lima-Hernandes, Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]

O acento em português — abordagens fonológicas, Gabriel Aitunnes de Araújo [org.]

Sociolinguística quantitativa — instrumental de análise, Gregory R. Guy, Ana Maria Stani Zilles

Metáfora, Tony Berber Sardinha

Norma culta brasileira — desatando alguns nós, Carlos Alberto Faraco

Padrões sociolinguísticos, William Labov

Gênese dos discursos, Dominique Maingueneau

Gênes da enunciação, Dominique Maingueneau

Estudos de gramática descritiva — as variedades verbais, Mário A. Perini

Caminhos da linguística histórica — “Quêr o inachível”, Rosa Virginia Mattos e Silva

Limites do discurso — ensaios sobre discurso e sujeito, Sírio Possenti

Questões para analistas do discurso, Sírio Possenti

*Linguagem & didáico — as ideias linguísticas da *Écriture de Bakhtin**, Carlos Alberto Faraco

Nomenclatura Gramatical Brasileira — cinquenta anos depois, Claudio Cezar Henriques

Língua na mídia, Sírio Possenti

Maiscompertadas línguas, Sírio Possenti

Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos, Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana [orgs.]

Em busca de Ferdinand de Saussure, Michel Arrivé

A noção de “formata” em análise do discurso — quadro teórico e metodológico, Alice Krieg-Plaque

Geolinguística — tradição e modernidade, Suzana Alice Marcelino Cardoso

Doze conceitos em análise do discurso, Dominique Maingueneau

O discurso porográfico, Dominique Maingueneau



DANORMA E CONFLITOS LINGUÍSTICOS

Xoán Carlos Lagares
Marcos Bagno [orgs.]

TT
Paraboo

**XUNTA
DE GALICIA**

nu99
Núcleo de Estudos Galílegos
Universidade Federal do Paraná

O QUE É UMA LÍNGUA? IMAGINÁRIO, CIÊNCIA & HIPÓSTASE ■ ■ ■ ■

MARCOS BAGNO
Universidade de Brasília

*Quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat, scio;
si quaerenti explicare velim, nescio.
Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, sei;
se me pedem que explique, não sei.*
Sto. Agostinho, *Confissões*, XI, 14

1. EXISTE UM CONCEITO CLARO DE LÍNGUA?

OBSERVANDO a epígrafe acima, e para responder a pergunta do título, me parece que poderíamos muito bem substituir a palavra *tempo* pela palavra *língua*. O que é uma língua? Todo mundo parece saber, mas duvido que haja alguém que consiga responder sem hesitação, de modo definitivo e seguro. Mas não duvido haver quem saiba reconhecer nessa mesma citação de Agostinho duas “línguas” diferentes, que recebem os nomes de *latin* e *português*.

O conceito de língua não é o mais fácil de se definir. Numa obra coletiva¹ em que foram entrevistados dezoito linguistas brasileiros de renome, a primeira pergunta — “Que é língua?” — mereceu respostas tão dis-

¹ Antônio Carlos Xavier, Suzana Cortez (orgs.) (2003) *Conversas com linguistas*. São Paulo: Parábola Editorial.

paratadas entre si quanto "atividade, trabalho", "meio de comunicação", "multissistema governado por um dispositivo sociocognitivo", "complexa realidade semiótica", "condensação de todas as experiências históricas de uma dada comunidade", "produto de um trabalho social e histórico", "capacidade biológica, inata à espécie humana", "domínio público de construção simbólica e interativa do mundo", "fenômeno social por excelência, vinculado a um território e a uma população", entre outras. Ou seja, a língua, tal como o mito de Ulisses no poema de Fernando Pessoa, "é o nada que é tudo".

Na clássica separação entre *natura* e *cultura*, onde se situa a língua? Há razões para se acreditar que a linguagem humana é um dado biológico, é uma das faculdades do nosso cérebro e, portanto, pertenceria ao reino da natureza. Mas também é incontestável que as línguas são o elemento mais importante de uma cultura, de uma sociedade. Seu vínculo estreito com a identidade individual, comunitária e nacional converte a língua ou as línguas (devidamente hipostasias, como veremos abaixo) em poderosos fatores de tensão política, de sofrimento psicológico, de manipulação ideológica e toda sorte de dinâmica sociocultural. As línguas sempre têm sido bandeiras de baixo das quais grupos específicos se reúnem para defender ou reivindicar seus direitos e, do mesmo modo, bandeiras que os Estados constituídos desfraldam para exercer suas políticas de controle social, seja pela repressão de outras línguas, seja pela promoção da língua eleita como oficial, ou ambas as coisas.

Essa dupla personalidade da "língua" faz dela um amálgama no qual é praticamente impossível separar o que é propriamente linguístico, o que pertence à estrutura ou ao sistema linguístico (se é que isso existe), e o que é construto cultural, social, político, ideológico.

A consequência disso é que mesmo a ciência linguística se deixa enredar nessa trama muito intrincada e não pode responder de maneira simples à pergunta: o que é uma língua?

A resposta é que não existe um conceito claro e seguro de língua. Já o fundador da linguística moderna, o suíço Ferdinand de Saussure, dizia

que "o ponto de vista cria o objeto". E tinha razão: a língua, seja ela o que for, não se deixa apreender por inteiro — é preciso escolher um ponto desde o qual a gente a observe para daí tirar algumas conclusões, todas sempre enganosas e instáveis.

Não há remédio: para se falar de uma língua, é preciso construí-la, fabricá-la, forjá-la, dar um nome a ela, atribuir-lhe propriedades, características, personalidade; índole. E esse é um trabalho empreendido não somente pelo linguista, em suas pretensões de objetividade científica², mas também (e talvez sobretudo) pelos falantes comuns, em suas práticas de higiene verbal (Cameron 1995), de mitificação e mistificação coletiva dos bens simbólicos, de construção do imaginário social acerca da própria cultura a que pertencem e dos mitos de origem que lhes dão raízes históricas e memória comum.

2. A LÍNGUA COMO HIPÓSTASE

Por isso é possível, no discurso geral sobre a língua, falar dela como sujeito, como se fosse uma entidade dotada de vontade e poder de ação, por exemplo, quando se diz: "O português possui mais tempos verbais do que as outras línguas românicas", ou "o inglês rejeita construções com dupla negativa", ou "o cabo-verdiano eliminou a categoria gramatical de gênero", ou "o francês abandonou o sistema de declinações do latim" etc.

² Chega a ser comvente a declinação de John Lyons (1968: 2), em seu conceitíssimo manual de introdução à linguística: "A principal dificuldade que enfrenta a pessoa recém-chegada aos estudos linguísticos é a de estar preparada para olhar para a língua objetivamente" — como se fosse possível alguma objetividade qualquer em qualquer prática humana. A anti-quíssima dicotomia *objetivo/subjetivo*, que remonta à ultrapasada metafísica platônica, merece toda sorte de desconfiança: toda apreensão da realidade por parte de nossos sentidos e de nosso intelecto é inevitavelmente subjetiva, pois parte sempre de dentro de nós. Isso também invalida a dicotomia *fato/valor*, pois é impossível apreender um "fato objetivo" sem imediatamente envolvê-lo numa rede de "valores subjetivos". Ficaria também invalidada, assim, a tradicional distinção que se faz, na sociologia da linguagem, entre *norma objetiva* e *norma subjetiva* — *objetiva* para quem, cara-pálida? E também, é claro, a distinção entre *descrição* e *prescrição*, tão cara à linguística moderna, devidamente criticada por Cameron (1995: 5-8).

Quem possui, rejeita, elimina ou abandona o que quer que seja são os *fallantes*, os seres humanos que falam as línguas para com elas construir sua interação social e sua identidade particular:

Essa língua construída, língua-sujeito, língua com alma, desejo e poder de decisão, seria aquilo que na filosofia se chama de *hypósthase*. A palavra grega *hypósthasis* foi traduzida em latim por *substantia*. A teologia cristã se apoderou deste termo para com ele definir a dupla natureza de Cristo, sua dupla substância: humana e divina ao mesmo tempo. Mas na reflexão filosófica moderna e contemporânea, segundo o dicionário *Houaiss*, uma hipótese é um “equivoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de existência concreta e objetiva (existência substancial) a uma realidade fictícia, abstrata ou meramente restrita ao caráter incorpóreo do pensamento humano”.

Não há dúvidas de que a língua existe, tem uma existência “concreta e objetiva”, é algo que pode ser apreendido por nossos sentidos (ao menos pela audição). Mas fica muito difícil, talvez impossível, não converter imediatamente esse conjunto de sons, de palavras e significados numa coisa mais além do que ele é: num *objeto*, num construto cultural que logo é envolvido numa rede de representações sociais, crenças, superstições, num imaginário coletivo. O equívoco cognitivo está em acreditar que esse objeto cultural, fruto de um trabalho de hipostasição, é que é “a língua”. No entanto, como nos lembra o teorema de Thomas³, “se os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências”, isto é, por mais que alguns linguistas se empenhem em provar que “a língua” não é essa hipótese sociocultural (embora também não consigam dizer o que “a língua” realmente é...), tal crença, profundamente enraizada na cultura ocidental (pelo menos⁴), tem sérias, amplas, largas e fundas consequências sociais, políticas, pedagógicas, institucionais, culturais etc. Evocando,

novamente, o poeta português, a língua-hipótese é “o nada que é tudo”, pois, embora não tendo “existência concreta e objetiva”, suscita consequências sociais muito claras e palpáveis.

Quando se diz, por exemplo, ao menos na cultura brasileira, que “o francês é muito elegante e sofisticado”, que “o alemão é grosseiro e rude”, que “o inglês é prático e moderno”, que “o italiano é exagerado”, que “o espanhol é cafona”, ou que o próprio português “é uma das línguas mais difíceis do mundo”, é evidente que não existe nada de científico nem de empiricamente comprovável nessas opiniões. Trata-se exclusivamente de um imaginário linguístico, composto de estereótipos que se acumularam durante séculos, transmitidos de uma geração à outra, sem crítica nem contestação. No entanto, são crenças que têm sérias consequências culturais e políticas, na medida em que sustentam preconceitos (negativos e positivos) muito atuais dirigidos aos falantes dessas línguas e às suas culturas.

3. HIPÓTASE PERFEITA: A NORMA-PADRÃO

O processo mais conhecido pelo qual uma língua se transforma numa hipótese é o que se chama em sociologia da linguagem de padronização ou normatização, tema de diversos capítulos deste livro, especialmente o de Milroy. A criação de uma norma, de um parâmetro, de um modelo de língua ideal tem sido sempre um processo de “objetificação” da língua. Em seu estado “natural” (passe o adjetivo), uma língua é sempre heterogênea, mutante, cambiante, variável, maleável e flexível. O processo de padronização agarra a língua e a retira de sua vida íntima, privada, comunitária, e a transforma numa instituição, num monumento cultural, em veículo de uma política nacional e, em várias ocasiões ao longo da história, de uma política imperial, colonial.

A língua normatizada deixa de ser uma língua materna e, apoiada na lei e servindo de código para escrever a lei, se converte numa língua *paterna*, num *padrão* linguístico, na língua da *pátria*, na língua do *padrão* (do colonizador, por exemplo). Seus limites são fixados, sua essência é codificada

³ O teorema traz o nome de William Isaac Thomas (1863-1947), sociólogo americano, que o formulou no livro *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, escrito por W. I. Thomas e D. S. Thomas. New York: Knopf, 1928, p. 571-572.

⁴ Para as concepções de “língua” em culturas não ocidentais, ver Milroy, neste livro.

em livros chamados *gramáticas*, que tentam descrevê-la para melhor prescrevê-la, já que agora é uma lei; seu repertório lexical é compilado como um tesouro nos dicionários. Uma vez "objetificada", essa língua pátria terá na escola seu principal veículo de propagação, veículo e transmissão.

Nesse processo de hipostasição, a língua passa a ser identificada com esse modelo, com essa norma-padrão, e deixa de ser um artifício sociocultural para se tornar "a Língua", com artigo definido e inicial maiúscula, uma entidade dotada de vontade e consciência, envolta numa cosmogonia que se perde no tempo, como se "a Língua" existisse assim, perfeita em seus contornos, desde o início do mundo. Se, para a linguística contemporânea, a língua é uma faculdade cognitiva, *interna*, portanto, à própria biologia de cada ser humano, tal concepção de língua é soberanamente desprezada pelos não linguistas; ou seja, pela retumbante maioria dos falantes comuns, que só concebem "a Língua" como uma *instituição*, análoga à religião e às leis, portanto, como algo *externo* ao indivíduo, algo que não lhe pertence e que ele precisa adquirir, aprender, conhecer, respeitar, venerar, transmitir e defender para se tornar membro digno da comunidade, para se sentir incluído numa cultura, para se tornar cidadão. A concepção "leiga" da língua é, portanto, muito mais *filogenética* do que *ontogenética*.

4. DOS ALEXANDRINOS A SAUSSURE: ALGUMA DIFERENÇA?

Na história ocidental, a primeira língua que passou por semelhante processo foi o grego. Os célebres filólogos da Biblioteca de Alexandria,

Não por acaso, o termo *tesouro* (variante divergente de *tesouro*) é empregado na lexicologia para designar tipos específicos de dicionários.

Curiosamente (será?), essa mesma concepção de língua (*langue*) como algo *externo* ao indivíduo ("a língua é a parte social da linguagem") é a que preside todo o empreendimento epistemológico de Saussure e, por conseguinte, da linguística estrutural. Não parece exagero, portanto, dizer que a *lingue* de Saussure tem todas as características de uma *hipóstase*. Talvez o que diferencie a "língua" do estruturalismo da "língua" do senso comum seja o ato consciente, por parte dos linguistas, de construção dessa hipóstase, o que já não se pode dizer dos falantes comuns, que também agem e atuam na construção das crenças e do imaginário coletivos, mas não de modo necessariamente consciente.

no século III a.C., preocupados com o que lhes parecia a "corrupção" e a "ruína" da língua dos grandes autores do passado glorioso da literatura grega (especialmente Homero), inventaram a disciplina chamada *gramática*, um aparato teórico criado não somente para analisar a língua como também, e talvez principalmente, para reconhecer o "bom", o "belo" e o "elegante" e separá-lo do "ruim", do "feio", do "grosseiro". As opções dos gramáticos alexandrinos são bem conhecidas na história da linguística: total desprezo pela língua falada e, no mesmo gesto, uma supervalorização da escrita literária antiga; valorização negativa da mudança linguística, considerada sinal evidente da "decaência" da língua do passado de ouro.

Não podemos criticar os gramáticos alexandrinos por incoerência. Sua ideologia é clara e eles a assumem sem rodeios: são funcionários de uma instituição oficial, são empregados da monarquia ptolemaica, querem criar explicitamente uma língua grega modelar, exemplar, que possa servir de instrumento eficaz de comunicação por todo o gigantesco império conquistado por Alexandre Magno e seu exército. Elegem a língua literária do passado como modelo, são impelidos por seus preconceitos sociais, pela misoginia e pelo etnocentrismo xenófobo que sempre caracterizaram a cultura grega, para a qual tudo o que não era grego era "bárbaro" (e não é por outro motivo que *misoginia* e *xenofobia* são palavras de origem grega). Seu trabalho hipostasiante correspondeu perfeitamente a seus objetivos.

Mas a incoerência da linguística moderna, que se diz científica, como não criticá-la? O estruturalismo, escola de pensamento linguístico que dominou e domina ainda uma parte significativa da produção científica, se caracteriza precisamente por tentar abstrair um sistema a partir dos usos concretos, reais, variáveis, mutantes. Sabemos que da dicotomia *langue/parole*, língua/fala, Saussure vai escolher a "língua" como objeto de estudo. Essa "língua" saussuriana, no entanto, tem todas as características da norma padronizada, da escrita literária clássica. É uma hipóstase, cuja existência é uma crença que depende inteiramente da fé do linguista

que a constrói. Tanto quanto os alexandrinos, os linguistas estruturalistas desprezam a variação e a mudança para construir uma hipótese que atenderá pelo nome de *sincronia*, sistema perfeito, homogêneo e estável. Tanto quanto o padrão normativo lapidado pelos gramáticos tradicionais, o célebre "sistema" do estruturalismo é um artifício, um construto, ou melhor, é um reconstruto porque, sob a capa do cientificismo positivista, essa língua-sistema não é muito diferente da norma literária clássica. Como afirma Bourdieu (1996: 31):

A língua segundo Saussure, código no mesmo tempo legislativo e comunicativo que existe e subsiste independentemente de seus usuários ("sujeitos falantes") e de suas utilizações ("falas"), possui de fato todas as propriedades comumente atribuídas à língua oficial.

O mesmo viés se encontra no modelo gerativista de Noam Chomsky: a "competência", o "desempenho" que ele opõe outra coisa não é, feitas todas as contas, senão a língua que ele mesmo, Chomsky, conhece, fala e escreve, isto é, o inglês americano padrão. Com irritante frequência, a atribuição do rótulo de "agramaticalidade" a determinadas construções só se explica porque essas construções não pertencem à variedade urbana de prestígio falada pelo linguista, como bem exemplifica Milroy, neste livro. Ora, essa facilidade de atribuição (em tudo ideológica) do rótulo de "agramaticalidade" não é muito diferente da atitude do purista normativo que diz, por exemplo, que determinada palavra ou frase "não existe" ou "não é português", simplesmente porque não foi incluída na norma artificialmente forjada para servir de padrão. A linguística científica não soube escapar da armadilha da hipótese. Fazendo a crítica da tradição gramatical normativa, ela própria não soube reconhecer em seus postulados de aparência científica os mesmos problemas que denunciava na gramática tradicional. Afinal,

o fato de colocar o social entre parênteses, o que permite tratar a língua, ou qualquer objeto simbólico, como finalidade sem fim, contribuiu bastante para o êxito da linguística estruturalista, ao conferir o encanto de um jogo inconsequente aos exercícios "puros" de uma análise puramente interna e formal (Bourdieu 1996: 19).

É porque, como já vimos, na linguagem o que é *natura* e o que é *cultura* não se separam facilmente; ou talvez nunca. Portanto, para uma análise minimamente honesta do fenômeno da linguagem humana, é imprescindível dar conta de seus aspectos estruturais, sistêmicos, com a necessária teorização que isso implica, e *também* de seus aspectos sociais, culturais, políticos e ideológicos. A contaminação recíproca dessas duas dimensões do linguístico é inevitável, e até caberia perguntar se são de fato duas dimensões distintas ou, isto sim, uma única e mesma coisa.

Em vez de desejar o impossível, que seria ignorar os aspectos socioculturais e político-ideológicos, como tem feito o estruturalismo clássico e o gerativista, com seu "falante ideal" que não vive em nenhum lugar deste planeta, o mais sensato é buscar conhecer a dinâmica social da linguagem, seu impacto na vida das comunidades humanas, as origens culturais do próprio sistema linguístico, que não pode ser estudado fora das circunstâncias reais da vida de seus falantes. A célebre divisão saussuriana entre *linguística interna* e *linguística externa* (e a opção pela *interna* como objeto de trabalho do linguista) é um escândalo epistemológico para qualquer pessoa que reconheça a impossibilidade de cortar a língua do falante (ser social por excelência, *zôon politikon* por natureza, mergulhado na história) para estudá-la num laboratório asseptizado como um pedaço de carne morta.

5. HIPÓSTASE CONSUMADA: A ORTOGRAFIA

Herdeiros da cultura europeia ocidental, estamos muito mal habituados a identificar a "língua" com o construto sociocultural e político-ideológico que é a norma-padrão *escrita* das línguas nacionais das grandes potências europeias (cf. Milroy novamente). O processo de transformar uma língua numa hipótese passa sempre pela sistematização da forma escrita dessa língua, pela criação de uma *ortografia*. A escrita confere à "língua", mera abstração, uma aparência concreta, de coisa tangível, material, que se pode tocar, ler, ouvir, desenhar, apagar, copiar, bordar, gravar no metal,

esculpir no mármore etc. É a hipóstase total, concluída, consumada. Não surpreende que para quase todas as pessoas que vivem em sociedades grafocêntricas a língua se confunda com a escrita, com a ortografia da língua. E por essa mesma razão é que, apesar dos esforços dos linguistas contemporâneos em provar que a fala e a escrita têm muito mais semelhanças do que diferenças entre si, a língua escrita (hipostasiada na escrita literária dos grandes clássicos do idioma) permanecerá sempre, no imaginário coletivo, no senso comum, como algo superior, mais sublime e mais digno de veneração do que a língua falada:

Escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar: é uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais (Gnerre 1985: 5).

O discurso social sobre a escrita, sobre o que está registrado “preto no branco”, é há milênios um discurso de supervalorização do escrito e de superdepreciação do falado: *Verba volant, scripta manent* — “as palavras voam, os escritos permanecem”. Afinal, “o que fulano diz não se escreve”. De nada valeu, portanto, a advertência do apóstolo Paulo: “A letra mata, mas o Espírito vivifica” (2Cor 3,6). Em sociedades entranhadamente grafocêntricas, ou mais precisamente, organizadas em torno de um poder definido e controlado pelos que sabem/podem ler e escrever (sempre uma minoria), o que se reserva para a oralidade é, quando muito, o terreno do pitoresco, do folclórico, do anedótico.

O caráter socialmente hipostático da ortografia veio brilhantemente à tona, por exemplo, no Brasil, depois da homologação pelo governo brasileiro do acordo para a unificação internacional da ortografia do português (2009). Por toda parte, nos jornais, na televisão, na mídia em geral, as pessoas passaram a falar de “unificação da língua”. Na ocasião, eu mesmo concedi inúmeras entrevistas nas quais a primeiríssima pergunta era sempre a mesma: “O que você pensa da *unificação* da língua portuguesa?” Explicar às pessoas que é impossível unificar uma língua, que toda língua é por sua própria natureza variável, múltipla, heterogênea e inacabada, se torna uma tarefa quase utópica. Se digo aos jornalistas (ou mesmo

aos meus alunos na universidade, ou a professores de português) que *a ortografia não faz parte da língua*, muitos acham que estou dizendo um absurdo. (E talvez, de fato, esteja, por insistir em considerar que “língua” é somente o mítico “sistema” composto de fonemas, morfemas, lexemas e regras sintáticas, supostamente “internalizado” no cérebro do falante...)

A escrita, com sua substância sólida, palpável, concreta, transporta a língua desde algum lugar inalcançável e misterioso para diante de nossos olhos. Esse lugar misterioso e invisível é o cérebro humano, mas as pessoas não querem saber disso: a língua é sempre, invariavelmente, para quase todos, uma instituição, um bem material, um objeto externo. E também é quase impossível convencer alguém de que a gramática e o dicionário não contêm toda a língua, mas tão somente uma parte muito pequena e pobre do rico universo de possibilidades de expressão que é uma língua viva em sua totalidade de usos.

6. O PADRÃO NÃO É UMA VARIEDADE LINGÜÍSTICA!

A padronização, a gramatização, a ortografização de uma língua têm constituído, em todos os momentos históricos, um processo de *seleção* e, como todo processo de seleção, um processo simultâneo de *exclusão*. A centralização dos Estados nacionais a partir do Renascimento em torno da figura do rei, símbolo da nacionalidade, acarretou a construção política de uma língua nacional, de uma língua oficial.

Ora, que critérios poderiam ser empregados para definir essa língua oficial, essa língua que, de materna, se transformará em língua paterna, língua pátria, língua oficial? Em meio à diversidade linguística que sempre caracterizou todos os países da Europa, que língua ou que variedade de língua será arrancada de sua dinâmica social para se transformar em monumento, em símbolo da identidade nacional?

Os critérios serão, sempre, de ordem *política* e nunca-jamais de ordem “lingüística”, no sentido de não haver possibilidade alguma de uma

variedade ser escolhida por algum conjunto de características “inerentes” (beleza, elegância, riqueza, concisão etc.) que a tornem “naturalmente” mais apta a ser eleita para o processo de hipostasição. A língua escolhida será sempre, nos casos de nações unificadas, a língua ou dialeto falado na região onde se situa o poder, a Corte, a aristocracia, o rei.

A famosa *Ordonnance de Villers-Cotterêts*, por exemplo, assinada em 6 de setembro de 1539 pelo rei Francisco I, decreta que todo e qualquer documento legal, contratos, sentenças, testamentos etc., “*sejam pronunciados, registrados e entregues às partes em linguagem materna francesa, e não outra*”. Ora, essa “língua materna francesa” é de uso extremamente minoritário no século XVI, e mesmo no final do século XVIII, como veremos adiante, era desconhecida por três quartos da população da França. Sua escolha como língua oficial se deve ao mero fato de ser a língua materna do rei, o que é razão suficiente para decretar sua oficialidade, apesar de sua reduzida difusão entre os súditos. Com isso, o que poderia parecer um ato de democratização das relações entre o poder e os cidadãos — a substituição do latim pelo francês nos atos oficiais — era, na verdade, uma reafirmação do caráter aristocrático daquele regime político e se prendia ao simples fato de, àquela altura da história francesa, o latim já ser uma língua desconhecida para a maioria dos membros da elite política e cultural.

A língua ou variedade de língua eleita para ser a oficial será objeto de um trabalho de codificação, de *padronização*, trabalho empreendido pelos gramáticos, e também de criação de um léxico novo, amplo, que permita à língua ser instrumento da alta literatura, da ciência, da religião e do direito. Diante disso, só se pode concordar com Montegudo (neste livro), ao afirmar que

quando falamos de padrão não estamos nos referindo à estratificação social da língua, mas a uma perspectiva diferente sobre a variação linguística, relativa à codificação e à prescrição. O que acontece na realidade é que o código normativo costuma descansar na regulação de um socioleto de prestígio, mais precisamente do estilo “cardinal” (médio alto) desse socioleto — ou, melhor ainda, de uma versão idealizada dessa variedade (grifo meu).

Por conseguinte, e ao contrário do que comumente (e lamentavelmente) se lê em textos assinados por (socio)linguistas — num discurso que se repete também nos livros didáticos de português, supostamente “atualizados” com os avanços da ciência linguística⁷ —, a *norma-padrão* definitivamente *não é uma das muitas variedades linguísticas que existem na sociedade*. Não existe uma *variedade-padrão* (aliás, uma contradição em termos, pois se é *padrão*, isto é, uniforme e invariante, como pode ser uma “variedade”?), nem um *dialeto-padrão*, nem uma *língua padrão*, embora esses termos pululem na bibliografia dedicada ao tema. O que existe é uma *norma-padrão*, língua materna de ninguém, língua paterna por excelência, língua da Lei, uma *norma* no sentido mais jurídico do termo.

A *norma-padrão*, como observa Montegudo, não faz parte da “estratificação social da língua”. Ela é um construto sociocultural (uma hipótese), que pode até se basear em alguma variedade linguística empiricamente detectável na sociedade, mas, precisamente por ser alvo de um intenso *investimento* de codificação (estabelecimento de regras gramaticais que muitas vezes não existem em nenhuma das variedades, mas remetem a alguma tradição mais antiga, como, no caso do português, à gramática latina), de representação gráfica (legislação sobre a ortografia oficial), de produção lexical (criação de amplo vocabulário técnico-científico, literário etc. para dar conta de uma “alta cultura”) e de um intenso investimento *político-ideológico* (língua do poder, do Estado, da administração, da escola etc.), a *norma-padrão* não é “uma variedade” como outra qualquer. Retomando as palavras de Milroy (neste livro), as línguas, em suas formas padronizadas,

⁷ Um exemplo, entre muitos, da confusão reinante nos livros didáticos de português no que diz respeito aos conceitos de *norma-padrão*, *norma culta*, *variedade* etc.: “Língua padrão, norma culta ou variedade padrão é a variedade linguística de maior prestígio social” [W. R. Cereja, T. C. Magalhães (2006). *Português: linguagens*. São Paulo: Atual, vol. 5, p. 44]. Num livro (aliás, muito bom) assinado por linguistas (Iari e Basso 2006), também impera a profusão/confusão terminológica, numa cadeia equívoca de supostos sinônimos: “Variedades cultas”, “português culto”, “língua culta”, “variedade culta”, “língua padrão”, “variante padrão”, “variedade padrão”, “português padrão”, “português culto”, “norma culta”.

não são vernáculos, e ninguém as fala exatamente: a ideologia do padrão de-creta que o padrão é uma ideia na mente — é uma variedade perfeitamente estável, claramente delimitada e perfeitamente uniforme —, uma variedade que nunca é perfeitamente nem consistentemente realizada no uso falado.

A norma-padrão, de fato, está longe de ser uma “variedade”, um “dia-letto” ou uma “língua”, no sentido de um “sistema” fonomorfo-sintático que se “realiza” na fala dos indivíduos: ela é, isto sim, uma hipótese (“uma ideia na mente”), uma *instituição social* e, nessa qualidade, goza de um poder simbólico especial, muito diferente do que se atribui às autênticas variedades linguísticas: ocupa no imaginário coletivo um lugar de destaque; é objeto de um culto e de um cultivo que ninguém dedica jamais aos outros modos de falar. A norma-padrão é o parâmetro contra o qual (e a preposição *contra* não é fortuita aqui) são medidos todos os demais usos falados e escritos da língua: é o leito de Procusto sobre o qual são assentadas todas as manifestações reais de uso da língua para que seus “erros”, “vícios”, “defeitos”, “carências” e “excessos” sejam exibidos e amputados.

Tampouco a *norma-padrão* se confunde com a *norma culta*, isto é, o conjunto de variedades urbanas de prestígio realmente empregadas pelas camadas privilegiadas da população. Desgraçadamente, essa confusão entre *norma-padrão* e *norma culta* faz a festa na literatura acadêmica e didática produzida no Brasil, deixando atrás de si uma esteira de consequências nefastas para o ensino e para o lúcido entendimento da realidade sociolinguística do país.¹⁴

7. HISTÓRIA-EXEMPLAR: O CASTELHANO

Há capítulos deste livro em que foram analisados os processos históricos de padronização de algumas línguas europeias. Vamos recapitular aqui alguns desses casos, sob a luz do conceito de *hipóstase* que venho empregando até agora.

O caso da Espanha é exemplar sobre todos. Uma data, uma única data, está vinculada a três fatos importantíssimos da história espanhola: o ano de 1492. Nesse ano, os exércitos cristãos conquistam Granada, o último território árabe da Península Ibérica, o que resulta na unificação da Espanha sob a coroa unificada de Castela, Leão e Aragão. No mesmo ano, financiado por essa mesma coroa, o genovês Cristóvão Colombo chega ao continente americano. E também em 1492 se publica a *Gramática de la lengua castellana*, de autoria de Antonio de Nebrija. Não são coincidências: são etapas distintas de uma mesma política, de um mesmo projeto. E é o próprio Nebrija quem nos vai dizer isso com todas as letras: “Esta [língua castelhana] até nossos tempos esteve solta e fora de regra, e por isso recebeu em poucos séculos muitas mudanças”. Por isso, continua ele: “*Decidi, antes de todas as outras coisas, reduzir em artifício essa nossa linguagem castelhana, para que o que agora e de aqui em diante nela se escrever possa permanecer em um só teor e estender-se a toda a duração dos tempos que estão por vir*”.

É uma enunciação perfeita daquilo que estou chamando aqui de hipótese: a transformação de uma língua “solta e fora de regra” num “artifício”, num monumento cultural, social, num instrumento de poder político, num objeto concreto. A relação entre língua e poder não se oculta, não se dissimula. Pelo contrário, se declara explicitamente: “*A língua sempre foi companheira do império*”. Na apresentação de sua gramática dedicada à rainha Isabel, precisamente a mesma que financiou Colombo e conquistou os territórios mouros, António de Nebrija escreve: “*Depois que Vossa Alteza submetesse a vosso jugo muitos povos bárbaros e nações de línguas estranhas, e com vossa vitória, eles tivessem necessidade de receber as leis que o vencedor impõe aos vencidos, e com elas nossa língua*”. O projeto da gramática é um projeto claramente político, vai de mãos dadas com a Reconquista do território ibérico e a conquista de novas terras em outros continentes.

É por que é uma gramática da língua *castelhana*? Por que não é uma gramática da língua galega, ou leonesa, ou asturiana, ou basca, ou catalã,

¹⁴ Para uma discussão sobre os problemas terminológicos presentes no uso de *norma-padrão* e *norma culta*, ver Bagno (2003) e Faraco (2008).

ou aragonesa? Por que, com o transcorrer dos séculos, o nome “castelhana” se tornará sinônimo de “espanhol”? Porque Castela era e permanece sendo o centro do poder político.

A honestidade do gramático Antonio de Nebrija contrasta duramente com a piada de mau gosto do rei da Espanha, João Carlos I, em seu discurso de 23 de abril de 2001, por ocasião da entrega do Prêmio Cervantes. Disse o rei:

Nossa língua nunca foi de imposição, e sim de encontro; ninguém foi obrigado a falar o castelhano; foram os mais diferentes povos que adotaram, por vontade libérrima, o idioma de Cervantes.”

A quem ele deseja enganar? A história recente da própria Espanha contradiz categoricamente essas palavras. Durante todo o pesadelo franquista, as línguas regionais da Espanha foram perseguidas e proibidas. E a conquista da América se fez sabidamente graças ao massacre sistemático e planejado dos povos indígenas, de civilizações inteiras, de culturas milenares e, conseqüentemente, de muitas e muitas línguas. Falar de “vontade libérrima” é querer apagar a verdade que nos contam os próprios conquistadores espanhóis nas crônicas que nos deixaram documentando suas terríveis vitórias; como nestas palavras do religioso Bartolomé de Las Casas, em sua *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552):

Nessas ovelhas mansas [os índios] [...] entraram os espanhóis, assim que as conheceram, como lobos e tigres e leões crudelíssimos, fannintos de muitos dias. F outra coisa não têm feito de quarenta anos para cá, até hoje, e hoje mesmo só fazem despedaçá-las, matá-las, angustiá-las, afligi-las, atormentá-las e destruí-las pelas estranhas e várias e nunca como tais vistas, nem lidas, nem ouvidas, maneiras de crueldade, das quais algumas poucas adiante se dirão, em tamanha intensidade, que havendo na ilha Espanhola mais de um milhão de almas que vimos, hoje já não há duzentas; pessoas dos naturais dela. A ilha de Cuba é quase tão extensa quanto a distância de Valladolid a Roma; está hoje quase completamente despovoada [...] Daremos como cálculo muito

exato e verdadeiro que foram mortas, em cerca de quarenta anos, pelas ditras tiranias e obras infernais dos cristãos, injusta e tiranicamente, mais de doze milhões de almas, homens e mulheres e crianças; e, na verdade, acredito, sem achar que me engano, que são mais de quinze milhões!¹⁰

8. NOMEAR UMA LÍNGUA

O que a gramática castelhana de Nebrija nos mostra é que o nome das línguas é outro aspecto fundamental de sua transformação em objeto, em hipótese cultural e social. Dar um nome a um modo de falar, rotulá-lo de “língua”, não é um ato inocente. No senso comum, tudo parece “natural”: se é a língua da Espanha, é o “espanhol”; se é a língua da França, é o “francês”; se é a língua da Itália, é o “italiano” etc.¹¹ Mas não há nada de natural no processo de nomear uma “língua”. Inclusive a atribuição do rótulo de “língua” a um modo de falar já é um ato político.

A língua como algo com limites definidos e seguros é, repito, resultado de um processo histórico e cultural. Na vida íntima das pessoas e das comunidades, não existem “línguas”: o que existe, sim, são variedades linguísticas, o que também se costuma chamar de “dialetos”, um termo que a sociolinguística contemporânea prefere evitar por causa do caráter tradicionalmente depreciativo que lhe foi atribuído com o passar do tempo.

A natureza essencialmente heterogênea das línguas é evidente: dois filhos de uma mesma família, por mais semelhanças que apresentem em seu modo de falar, também apresentarão diferenças devidas à trajetória cultural e social e à personalidade própria de cada um. Se assim é num nível tão íntimo, quando se trata de uma sociedade ampla, como um país

¹⁰ O texto integral da obra está disponível em <http://www.eumed.net/textos/07/fbc/1c.htm> (acesso em 29/12/2009).

¹¹ Certa vez, numa loja de produtos indianos em São Paulo, ouvi uma cliente perguntar ao gerente: “Como é que se chama isso aqui em indiano?”. A Índia é o país do mundo com o maior número de línguas faladas em seu território, alguma coisa em torno de mil. Nenhuma delas, porém, é “o indiano”. A pergunta revela precisamente a impregnação da mitologia monolíngue característica da cultura brasileira, herdeira do monolíngüismo atávico dos portugueses.

inteiro, a heterogeneidade linguística é quase incommensurável. Não é exágero dizer que existem tantas línguas num território quantos são os indivíduos que o habitam. E exatamente por isso é que os Estados nacionais unificados e centralizadores sempre tentaram fabricar um idioma também unificado e centralizador a partir das múltiplas variedades linguísticas de seu território.

A eleição de uma língua ou de uma variedade linguística específica impõe, entre tantas outras coisas que já mencionei, a necessidade de nomear essa língua ou variedade. Durante muitos séculos, as línguas maternas europeias foram chamadas de “vulgares”. Nos territórios do antigo Império Romano, esses “vulgares” foram chamados de “romances”, sem outra designação específica. Isso porque, durante quase mil anos, a única língua digna desse rótulo foi o latim, a única língua estudada sistematicamente, a única empregada em obras de caráter filosófico, científico, moral etc. Somente a partir do Renascimento as línguas vulgares passaram a ser valorizadas, como instrumentos que permitem a comunicação direta do poder com seus súditos. E para isso, elas precisam de um nome.

O caso da língua castelhana é muito particular. Ao contrário do que ocorreu com outras línguas, que assumiram definitivamente o nome de seu país, a língua do poder central da Espanha até os dias de hoje conserva seu nome de origem regional, isto é, o nome do dialeto, do romance, do vulgar empregado pelas forças sociais e políticas que unificaram o território ibérico depois de expulsar os mouros. Embora também seja chamada de “espanhol” ou “língua espanhola”, o nome “castelhanu” se conserva.

Depois da redemocratização da Espanha, após quarenta anos de ditadura franquista, foi desenhada uma nova política linguística para aquele país, com o reconhecimento de estatuto co-oficial para algumas das línguas regionais: galego, catalão e basco. Outras línguas regionais, no entanto, não tiveram a mesma sorte, como o leonês e o aragonês. Para não ferir susceptibilidades, a língua majoritária, a língua do centro do poder, é referida nessa política com o nome de “castelhanu”, porque, ao fim e ao cabo, o galego, o catalão, o basco, e também o aragonês e o leonês,

são “línguas espanholas”, isto é, línguas faladas na Espanha por cidadãos espanhóis. Mas para a política linguística internacional, o nome do castelhanu é “língua espanhola”, sem mais, como se vê, por exemplo, no sítio do Instituto Cervantes na internet, que é assim apresentado:

O Instituto Cervantes é a instituição pública criada pela Espanha em 1911 para a promoção e o ensino da *língua espanhola* e para a difusão da cultura espanhola e hispano-americana¹² (grifo meu).

9. HISTÓRIAS EXEMPLARES: O FRANCÊS E O PORTUGUÊS

Em outros países, no entanto, o nome da língua perdeu completamente sua referência à origem regional, provinciana, da variedade sobre a qual se construiu o idioma pátrio. É o caso do francês, que, no entanto, levou muito tempo para se firmar como a “língua da França”. Até a Revolução de 1789, as línguas e dialetos regionais eram muito dinâmicos. Mas a ideologia revolucionária exigia o fim das divisões feudais, a unificação do país em torno do centro político que era Paris. E mesmo o nome “França” precisou de muito tempo para se estabelecer como designação de todo o território francês atual. A França como entidade nacional centralizada só aparece no imaginário do povo francês a partir precisamente da Revolução e mais ainda depois das façanhas imperiais de Napoleão. Por seu turno, a língua “francesa” só se propaga e se impõe a todo o território nos cinquenta anos seguintes à Revolução.

Em 1794, o religioso, erudito e revolucionário francês Henri Grégoire escreve um documento no qual lamenta que a língua francesa seja falada somente em 15 dos 83 departamentos do país, o que equivale a somente um quarto da população. O documento se chama, muito significativamente, *Rapport sur la nécessité et les moyens d’anéantir les patois et d’universaliser l’usage de la langue française* (Relatório sobre a necessidade e os meios de aniquilar os patoís e de universalizar o uso da língua

¹² www.cervantes.es (acesso em 29/12/2009).

francesa). Começa assim uma explícita e sistemática política-linguística de repressão das línguas regionais e de imposição do ensino exclusivo da língua francesa em sua modalidade parisiense.

Depois da francização da França, os filólogos e linguistas sentirão a necessidade de criar um “dialeto original” a partir do qual teria evoluído a “língua francesa”. E esse dialeto original não poderia ser outra coisa senão o que era supostamente falado na região chamada Ile-de-France, onde se localiza a capital, Paris. Esse dialeto é inteiramente uma invenção dos filólogos do século XIX, que o chamam de “francien” (“franciano”), um nome que nunca tinha sido empregado em nenhum documento histórico escrito em território francês: “*Uma especificidade dialetal de que ninguém jamais ouvira falar*”, nas palavras de Bernard Cerquiglini (2007: 36), que qualifica o *francien* de “ectoplasma”, ou seja, na parapsicologia, “substância visível considerada capaz de produzir materialização do espírito” (Houaiss), quase um sinônimo do que venho chamando aqui de *hipóstase*. O termo *francien* só aparece em 1889 nos escritos do filólogo Gaston Paris. A tarefa ideológica de nomear a língua é tão opressiva que mesmo a ciência, que proclamava seu caráter objetivo e isento de preconceitos, sente seu peso e cumpre sua missão de produzir um mito de origem.

A história do português também apresenta suas curiosidades político-ideológicas. Historicamente, o português outra coisa não é senão a continuação histórica do galego, romance surgido no extremo noroeste da Península Ibérica após a colonização romana que suplantou a civilização céltica ou celtibérica que havia por lá. As vicissitudes históricas, as guerras intrafamiliares, as etapas da Reconquista cristã dos territórios sob controle muçulmano, tudo isso conduziu à criação de um reino de Portugal em 1139, separado da coroa de Leão. O território galego, no entanto, jamais se separou, nunca obteve sua independência e assim é até os dias de hoje: a Galiza é somente uma região da Espanha.

No Renascimento, os primeiros gramáticos portugueses trataram de destacar a elegância e a riqueza da língua que então passou a se chamar

“português”, em contraposição declarada à língua galega. O historiador e gramático Duarte Nunes de Leão, em 1606, escreveu com perspicácia:

...as quais ambas [galega e portuguesa] erão antigamente quasi hũa mesma, nas palavras & nos diptongos e na pronunçiação que as outras de Hespanha não tem. Da qual lingua Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quanto na copia e na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis e corte que he a officina onde os vocabulos se forjão e pullem e onde manão pera os outros homẽs, o que nunca houve em Galliza...

A presença de reis e de uma corte é o que permitiu à língua portuguesa distinguir-se e separar-se do galego, uma língua que por muitos séculos não será objeto de cultivo literário, relegada aos usos menos nobres, sempre oprimida pelo castelhano centralizador.

Também no caso do português, a ciência filológica sentirá a necessidade de criar um nome que dê à língua pátria uma origem digna. Para começar, a gramática histórica, nascida no século XIX, vai estabelecer um mito: o mito de que “o português vem do latim”, o que historicamente e geograficamente é um erro. O português vem, sim, mas é do galego, é a continuação histórica da língua românica que surgiu no extremo noroeste da Península e foi sendo levada cada vez mais para o sul da franja ocidental da Península no processo de Reconquista empreendido pelos soberanos portugueses. O galego, sim, vem do latim vulgar falado naquela região. Mas seria uma grande desonra para uma língua imperial como a portuguesa reconhecer como sua “mãe” uma língua pobre, falada por uma gente rústica, sem poder político. Daí o mito de que “o português vem do latim”, mito que se encontra estampado em todos os livros de história da língua portuguesa, criando uma fictícia filiação direta que qualquer investigação histórico-geográfica desmente com facilidade.

Isso explica outra criação da filologia do século XIX: o nome *galego-português* para descrever a língua da poesia medieval, dos trovadores. Seria impossível dizer que aquela língua já era “português”, pois não existia o reino de Portugal quando foram compostas as primeiras